



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		DIÁRIO POPULAR	
SÉCULO		DIÁRIO DE LISBOA	
JORNAL DO COMÉRCIO		CAPITAL	
DIA		REPÚBLICA	
DIÁRIO		JORNAL NOVO	11. SET. 1979
PRIMEIRO DE JANEIRO		LUTA	
JORNAL DE NOTÍCIAS			
COMÉRCIO DO PORTO			

Necessidade de remodelação das empresas públicas admitida por Pintasilgo



A eng.^a Lurdes Pintasilgo concedeu ontem à televisão a sua primeira entrevista a um órgão de comunicação social português. Durante a entrevista, a Primeiro-Ministro explicou as razões que levaram o seu Governo a aumentar os preços, apontando como principais causas desta atitude do Executivo «a estrutura das empresas públicas, as dificuldades inerentes ao país e a crise internacional, nomeadamente no que se refere à subida do preço do petróleo».

Depois de acentuar que os aumentos agora decretados «são totalmente independentes do Fundo Monetário Internacional», Lurdes Pintasilgo referiu que as empresas públicas «precisi-

sam de uma total remodelação no sentido da sua maior eficácia».

«Não temos uma economia construída para as pessoas», mas «possivelmente as pessoas ao serviço da economia, e isso é uma modificação que não se opera em três meses», declarou depois a Primeiro-Ministro.

«Ficou convencida de que o caminho, pelo menos, para uma economia que esteja ao serviço das pessoas e não de um grande polvo que está envolvendo tentacularmente as pessoas» e «quase sugando o seu próprio sangue», observou mais adiante.

«Este Governo, que era «o Governo de cem dias», mas que

vai ter um pouco mais», «está preso a um orçamento que não fez», disse a Primeiro-Ministro que aludiu à necessidade de se promover um «saudável equilíbrio» das finanças de algumas empresas, e salientou o peso da máquina administrativa, que tem 400 mil funcionários em quase dez milhões de habitantes.

Lurdes Pintasilgo recordou a palavra-de-ordem de Giscard d'Estaing, segundo a qual «acabou para os franceses a sociedade de consumo».

Falando de outros reflexos internacionais da crise do petróleo, a Primeiro-Ministro recordou que «na vizinha Espanha, no próprio dia da subida do preço

Continua nas centrais

lientou que os contactos em curso são feitos com o Banco de Portugal e não com o Governo.

Em vários passos da entrevista, gravada hoje à tarde em S. Bento, Lurdes Pintasilgo preocupou-se com as incidências sociais dos aumentos de preços e disse ter havido o cuidado de as minorar — no que citou o caso dos transportes.

O chefe do Executivo declarou ser «um drama» para o Governo o conhecimento da situação em que se encontram, por exemplo, os pensionistas, que recebem subsídios mensais de 1500 escudos, o que — referiu — não chega para a sua alimentação.

Em relação à agricultura, o Primeiro-Ministro mencionou o reforço de medidas que beneficiem o sector.

Interrogada sobre o seu possível «isolamento», Lurdes Pintasilgo aludiu às preocupações causadas pela greve dos médicos e pelo aumento de preços, explicando que, brevemente, iniciará uma série de deslocações por Portugal.

Aliança Democrática reage ao aumento de preços

Entretanto os partidos da Aliança Democrática tomaram

que se acumulam e que depois é preciso cobrir através dos preços dos bens e serviços por ele produzidos». E acrescenta que «a verdadeira responsabilidade nos aumentos está pois na concepção, organização e funcionamento do sector público, peça importante do sistema económico que está anémico e inadequado às realidades e necessidades do país.»

Depois de afirmar que o PSD nada tem com esta política, o comunicado refere que é necessária «uma mudança radical de política económica e social», a qual só poderá ser propiciada pela Aliança Democrática, «pela estabilidade que permitirá, pela confiança que imprimirá e pela seriedade com que actuará».

Por seu turno, o CDS considera que as últimas decisões do Governo «não passam de paliativos atabalhoados, dum improviso que é a autêntica negação do que deve ser a actividade governativa».

No que respeita aos aumentos de preços o CDS sustenta que têm em vista «continuar a impor-nos o rumo à colectivização ou socialismo» e são «destinados a suportar os défices crescentes de um sector público pessimamente gerido».

Relativamente à substituição do director da Polícia Judiciária, o CDS declara «que a eficácia de um departamento tão delicado como a PJ exige um mínimo de continuidade e de prestígio dos seus responsáveis não se compatibilizando com mudanças que aos portugueses evocam a dança do vira».



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		DIÁRIO POPULAR	
SÉCULO		DIÁRIO DE LISBOA	
JORNAL DO COMÉRCIO		CAPITAL	
DIA		REPÚBLICA	
DIÁRIO		JORNAL NOVO	11. SET. 1979
PRIMEIRO DE JANEIRO		LUTA	
JORNAL DE NOTÍCIAS			
COMÉRCIO DO PORTO			

Uma nota de que a lei marcial poderia durar pelo menos mais fazê-lo este ano.

Uma nota de que a lei marcial poderia durar pelo menos mais fazê-lo este ano.

Na plataforma, de onde pas-
 sos revista às tropas estavam

Na plataforma, de onde pas-
 sos revista às tropas estavam

O seu duro discurso, durante

O seu duro discurso, durante

Numa cerimónia militar efec-
 Halle Seelaste.

Numa cerimónia militar efec-
 Halle Seelaste.

Necessidade de remodelação das empresas públicas admitida por Pintasilgo

Continuação de pág. 1

do petróleo, se trata de uma medida extraordinariamente o Conselho de Ministros».

«Connosco aconteceu que à subida do preço do petróleo respondemos com a permanência dos preços», frisou Lurdes Pintasilgo.

Interrogada sobre a presença de uma delegação do FMI, em Lisboa, o chefe do Executivo salientou que os contactos em curso são feitos com o Banco de Portugal e não com o Governo.

Em vários passos da entrevista, gravada hoje à tarde em S. Bento, Lurdes Pintasilgo preocupou-se com as incidências sociais dos aumentos de preços e disse ter havido o cuidado de as minorar — no que citou o caso dos transportes.

O chefe do Executivo declarou ser «um drama» para o Governo o conhecimento da situação em que se encontram, por exemplo, os pensionistas, que recebem subsídios mensais de 1500 escudos, o que — referiu — não chega para a sua alimentação.

Em relação à agricultura, o Primeiro-Ministro mencionou o reforço de medidas que beneficiem o sector.

Interrogada sobre o seu possível «isolamento», Lurdes Pintasilgo aludiu às preocupações causadas pela greve dos médicos e pelo aumento de preços, explicando que, brevemente, iniciará uma série de deslocamentos por Portugal.

Aliança Democrática reage ao aumento de preços

Entretanto os partidos da Aliança Democrática tomaram

ontem posição oficial sobre os

Com efeito, em comunicados ontem difundidos, PSD e CDS reagem vivamente contra as recentes medidas do V Governo.

Assim, o PSD afirma a determinada altura: «O que está em causa é a ineficácia e até certa irresponsabilidade no funcionamento do sector público empresarial originando-se prejuízos que se acumulam e que depois é preciso cobrir através dos preços dos bens e serviços por ele produzidos». E acrescenta que «a verdadeira responsabilidade nos aumentos está pois na concepção, organização e funcionamento do sector público, peça importante do sistema económico que está anémico e inadequado às realidades e necessidades do país.»

Depois de afirmar que o PSD nada tem com esta política, o comunicado refere que é necessária «uma mudança radical de política económica e social», a qual só poderá ser propiciada pela Aliança Democrática, «pela estabilidade que permitirá, pela confiança que imprimirá e pela seriedade com que actuará».

Por seu turno, o CDS considera que as últimas decisões do Governo «não passam de paliativos atabalhoados, dum improviso que é a autêntica negação do que deve ser a actividade governativa».

No que respeita aos aumentos de preços o CDS sustenta que têm em vista «continuar a impor-nos o ritmo à colectivização ou socialismo» e são «destinados a suportar os défices crescentes de um sector público pessimamente gerido».

Sobre as modificações processadas nas administrações da RDP, RTP e do Século/Diário Popular, o CDS afirma que o eleitorado «gostaria certamente de conhecer quais as razões válidas que levaram um Governo nomeado e apoiado exclusivamente pelo presidente do Conselho da Revolução, Ramalho Eanes, a proceder a tão extenso saneamento».

Relativamente à substituição do director da Polícia Judiciária, o CDS declara «que a eficácia de um departamento tão delicado como a PJ exige um mínimo de continuidade e de prestígio dos seus responsáveis não se compatizando com mudanças que aos portugueses evocam a dança do vira».